

Entrevista

Entrevista organizada por:

Profa. Dra. Elizabeth Bezerra Furtado Bolzoni

Prof. Dr. Antônio Alex Pereira de Sousa

Profa. Dra. Maria Dulcinea da Silva Loureiro

Professor Titular aposentado da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas e bolsista produtividade do CNPq, atualmente no nível 1-A. Atua junto ao PPGE da FE-Unicamp. Possui graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1986), mestrado em Educação (1990), doutorado em Educação (1993) e livre docência em Filosofia da Educação (2009), todos pela Universidade Estadual de Campinas. Membro de diversas associações científicas do campo da Filosofia da Educação no Brasil e no exterior, foi Presidente da SOFIE - Sociedade Brasileira de Filosofia da Educação entre 2014 e 2018 e presidente da SOFELP - Sociedade de Filosofia da Educação dos Países de Língua Portuguesa entre 2019 e 2022. No período de 2023 a 2025 atua como membro do Comitê Científico do Collège International de Philosophie, com sede em Paris.



Prof. Doutor Silvio Gallo

DoCentes: Antes de tudo, professor Silvio Gallo, agradecemos pela disponibilidade em nos ceder esta entrevista que comporá o dossiê sobre ensino de Filosofia referente ao V Encontro Cearense de Professores de Filosofia na Revista DOCENTES. Dito isso, vamos às questões.

O senhor é um dos principais defensores da presença da Filosofia no ensino médio e na defesa do ensino de filosofia como campo de pesquisa no Brasil. Como você avalia o percurso histórico dessa luta e quais as principais conquistas e retrocessos do movimento?

Prof. Silvio Gallo: Esta luta vem de longe. Temos já diversos estudos históricos que mostram que a presença da Filosofia na educação média brasileira nunca foi uma constante. No que diz respeito à minha geração, que se graduou na década de 1980, encontramos uma luta já em andamento, pois ainda na década de 1970, com a reforma da educação básica levada a cabo pela ditadura não restou qualquer espaço para o Filosofia nos currículos, o que levou os Departamentos de Filosofia das universidades brasileiras a se manifestarem e articularem um

movimento que na época reivindicava o "retorno da Filosofia ao segundo grau". Os primeiros efeitos surgiram em 1985, quando uma legislação complementar tornou possível incluir aulas de Filosofia como opcionais na "parte diversificada" do currículo, o que criou uma disparidade muito grande entre diferentes estados e regiões brasileiros.

A continuidade do movimento, com a promulgação da Constituição de 1988, acompanhou a construção da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No texto que foi

construído no Congresso Nacional havia a previsão de aulas de Filosofia no ensino médio. Como sabemos, o texto final aprovado (em 1996) não contemplava esse anseio, apenas afirmando a importância e a necessidade de "conhecimentos de Filosofia" presentes na formação dos jovens. O movimento passa então a agir no sentido de especificar esses conteúdos e como garantir que eles fossem efetivamente trabalhados, bem como construindo alternativas legais para garantir a obrigatoriedade de aulas efetivas de Filosofia. Um projeto de lei foi construído, debatido e finalmente aprovado, com intensa participação de professoras e professores de Filosofia. Porém, foi vetado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, por indicação de seu Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, defensor dos princípios neoliberais na educação e um dos articuladores da LDB de 1996. O argumento era o da flexibilidade curricular e não obrigatoriedade de conteúdos. Ora, sabemos que as disciplinas que tradicionalmente estão no currículo, que gozam de "cidadania curricular", para usar o termo proposto por Wilson Francisco Correia muitos anos atrás, não precisam ser afirmadas para garantir sua presença. Mas o caso da Filosofia é diferente: tendo estado fora do currículo a maior parte do tempo – e, quando esteve, sempre em condições precárias –, sem uma afirmação legal de obrigatoriedade seria impossível consolidá-la nos currículos.

Os debates e as lutas continuaram para, finalmente, em 2008, termos a sanção da Presidência da República de outro projeto de lei substitutivo da LDB que definiu a Filosofia como disciplina obrigatória nas três séries do ensino médio. Os efeitos dessa aprovação foram muitos, para além

da simples introdução das aulas de Filosofia: diversos cursos de licenciatura em Filosofia foram abertos no país, pois era preciso formar professores para ocupar os cargos abertos nas escolas; cursos de Filosofia que formavam bacharéis abriram também licenciatura; cursos de especialização em ensino de Filosofia foram criados; a Filosofia entrou para o Programa Nacional do Livro Didático, o que estimulou a produção e publicação de novos materiais para o apoio à sala de aula; foi criado o Mestrado Profissional em Filosofia, o PROF-FILO, para capacitar em nível pós-graduado os professores. Cito apenas alguns, dentre os mais importantes desdobramentos da obrigatoriedade da Filosofia, que fez crescer o número de professores da disciplina país a fora.

Porém, com a aprovação do Novo Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular, em 2018, apenas dez anos após a aprovação da obrigatoriedade, tivemos um grande retrocesso, pois essa condição mudou radicalmente. O grupo político que ficou responsável pelo Ministério da Educação durante o governo golpista de Michel Temer foi o mesmo que atuava com Paulo Renato no governo FHC, e fez valer sua posição contrária à obrigatoriedade da Filosofia. Ouso mesmo dizer posição contrária à Filosofia, pois não defender sua presença obrigatória equivale a decretar sua ausência. Na concepção neoliberal deste grupo, a formação filosófica dos jovens não tem qualquer importância; mais vale que eles sejam "empreendedores de si", repetindo fórmulas prontas dos coaches da moda, do que capazes de pensar conceitualmente o mundo e se posicionar de modo autônomo...

Embora tenha me alongado na

resposta, citei apenas alguns momentos pontuais deste processo. Ele ensejou muitas produções importantes. Paralelamente à luta política pelo ensino da Filosofia, desenvolvemos uma série de ações acadêmicas para qualificar esse ensino. Era importante justificar a presença da Filosofia nos currículos e isso gerou debates e textos interessantes, em diferentes perspectivas teóricas. Estudos sobre a história do ensino da Filosofia no Brasil nos ajudaram a melhor compreender os desafios da atualidade. A ideia de que o ensino de Filosofia deva ser pensado como problema filosófico, ou, dizendo de outro modo, a necessidade de afirmar uma Filosofia do ensino de Filosofia, foi bastante trabalhada, desenvolvida, aprofundada. Neste contexto, foi se consolidando o ensino de Filosofia como campo de pesquisa. De algum modo ele já existia, tivemos a produção de algumas dissertações e teses sobre o tema, mas com a consolidação dos debates na área o que era localizado e efêmero foi ganhando corpo, com novas linhas investigativas se desenvolvendo. Enfim, penso que nos últimos 30 anos tivemos avanços importantes, os primeiros 15 anos consolidando o movimento que já vinha se desenvolvendo e os últimos 15 anos trazendo os efeitos positivos e tornando possíveis novas realidades. O desafio, agora, é como não perdermos aquilo que foi conquistado.

DoCentes: Diante das mudanças no contexto educacional brasileiro, com reformas curriculares e implementação da Base Nacional Comum Curricular, quais os principais desafios que identifica para o ensino de filosofia na educação básica na atualidade?

Prof. Silvio Gallo: Em minha forma de ver, os desafios são enormes. Quando conquistamos a aprovação da obrigatoriedade, em 2008, eu afirmava que não podíamos esmorecer, que a presença da Filosofia era fruto de uma "canetada" do presidente e que outra "canetada" poderia retirá-la. E penso que, de algum modo, esmorecemos na luta. Fomos fazer outras coisas, pesquisar, ensinar, produzir, mas a luta política foi deixada de lado. Com uma mudança na balança política, a BNCC e o NEM produziram o que temos hoje, um retrocesso que nos colocou numa situação análoga àquela do começo dos anos 2000. Impossível dizer que se tivéssemos permanecido mobilizados a história teria sido diferente, mas não posso deixar de pensar que, ao menos, teria sido mais difícil impor tal retrocesso.

Por isso penso que hoje é preciso conhecer a fundo o que foi a luta pelo ensino de Filosofia no Brasil, compreender seus equívocos e seus acertos, para sermos capazes de desenhar as linhas de ação que são necessárias em nossos dias. Precisamos ocupar espaços para afirmar a necessidade da Filosofia na formação dos jovens. E quem está em sala de aula, por mais difíceis que sejam as condições, é preciso agir para conquistar corações e mentes dos jovens para a Filosofia. Se a ensinarmos como mais um conteúdo, como algo descolado de suas vidas e de sua realidade, nunca conseguiremos consolidar a Filosofia nos currículos. É preciso que os estudantes a compreendam e a desejem, para que nós, professores e professoras, não falemos no vazio. Para que nossos discursos de defesa da Filosofia tenham ressonância na sociedade, é preciso que conquistemos nossos jovens estudantes. Sei que isso não é nada

simples e nem há respostas únicas e definitivas; precisamos, cada um de nós, inventar formas de ação que façam sentido em nossos locais de intervenção, para nossos respectivos públicos.

Paralelamente, parece-me que precisamos reforçar a luta coletiva, ocupar espaços políticos que reverberem nossa voz, fortalecer associações como a ABEFIL. Em um nível mais amplo e geral, participar dos debates de política educacional, sempre afirmando o papel da Filosofia e reivindicando seu espaço. E, se conseguirmos, fazer frente à BNCC tal como ela foi aprovada e vem sendo implementada. Sofremos uma derrota em 1996 com a LDB, mas conseguimos, com muita luta, reverter a situação; então, não é impossível reverter também o revés que nos foi imposto com a BNCC. Trata-se de uma visão de como deve ser a educação no Brasil; se não fizermos ouvir nossa voz, afirmando e justificando a importância da Filosofia, não teremos chance frente aos grupos que dominam o cenário atualmente.

DoCentes: O seu livro "Metodologia do ensino de filosofia: uma didática para o ensino médio" tornou-se referência para a formação e a prática de professores no Brasil. Passados mais de uma década de sua publicação, como o senhor avalia o seu alcance no campo do ensino de filosofia? Quais as potencialidades e também seus limites? Há a intenção de uma edição revisada ou de novos desdobramentos teóricos e didáticos?

Prof. Silvio Gallo: Esse livro, publicado em 2012, é resultado de uma série de reflexões e explorações conceituais que fiz desde o início dos

anos 2000. Não sei se ele se constitui em referência na área, mas alegrar-me que vocês o vejam assim. Ele foi pensado como uma possibilidade entre tantas outras para o ensino da Filosofia. Sempre defendi, especialmente para meus alunos quando lecionei Didática Específica para Filosofia e Prática de Ensino em Filosofia, que para ensiná-la é preciso que, antes de tudo, tenhamos clara qual é nossa orientação em Filosofia. Esse campo é plural, diverso, e nisso reside sua beleza e seu interesse. Dizendo de outro modo, não há uma Filosofia, mas filosofias, que são muitas. Portanto, é preciso termos coerência entre aquilo que pensamos ser a Filosofia que praticamos e como a ensinamos. Não dá para ser idealista e praticar um ensino materialista e vice-versa, apenas para dar um exemplo gritante. O livro problematiza o ensino de Filosofia no Brasil, propõe-se a pensá-lo filosoficamente e defende uma forma de praticá-lo, pensada a partir de uma certa concepção de Filosofia, aquela que a vê como criação conceitual.

O livro, ainda sem o saber, começou a ser gestado em 2001, quando ao participar do I Fórum Sul-Brasileiro do Ensino de Filosofia, em Passo Fundo, defendi a proposta de pensar o ensino de Filosofia como atividade de criação conceitual, de modo que aula de Filosofia fosse uma espécie de "oficina de conceitos", na qual aprendemos a manejá-los. Em eventos nos anos seguintes continuei a explorar essa perspectiva, cada vez desenvolvendo novos aspectos da questão. Em princípio, minha preocupação era principalmente teórica, mas os colegas sempre me perguntavam: como fazer isso? A questão me conduziu a formular os

quatro passos didáticos para ensinar filosofia como criação conceitual: sensibilização; problematização; investigação; conceituação. O livro consolidou essas várias explorações, ao longo de uma década.

Este livro desdobrou-se em outro. Ainda em 2012 ou 2013 fui convidado pela Abril Educação, que então detinha as marcas das Editoras Ática e Scipione, para propor um livro didático de Filosofia, que materializasse essa perspectiva. Produzi então Filosofia – experiência do pensamento, que foi aprovado no PNLD 2015, teve uma nova edição atualizada no PNLD 2018 e agora no PNLD 2026 foi transformado no livro Filosofia da coleção "Do seu jeito". Uma versão para o mercado privado também tem tido sucessivas edições desde então. Considero que os desdobramentos teóricos e didáticos de Metodologia... foram se desenvolvendo e se consolidando, bem como se renovando, no livro didático. Por isso nunca pensei em uma nova edição revisada, mas agora que vocês deram a ideia, não descarto a possibilidade (risos!).

Penso que o alcance daquele livro é também seu limite. Ele se propôs a ser, como afirmei, uma exploração de uma certa maneira de ensinar Filosofia. Seu alcance é a materialização do ensino de Filosofia como oficina de conceitos, como criação conceitual. E esse é também seu limite: ele não se propõe a ser uma espécie de "teoria geral do ensino de Filosofia", que explore todas as possibilidades, que se universalize... ao contrário, tem uma intenção modesta, de evidenciar um certo estilo de ensinar a disciplina, sem debruçar-se sobre outros estilos e outras possibilidades.

DoCentes: No mesmo livro, o senhor afirma a criação de conceitos como eixo do ensino de filosofia. Em que medida ela permanece como convicção em seu pensamento e em que medida foi tensionada ou transformada por novas leituras, experiências ou problemas ao longo de sua trajetória? Há algo que pensaria de modo diferente sobre o ensino de filosofia?

Prof. Silvio Gallo: Há livros que mudam nossas vidas e eu, felizmente, encontrei alguns deles, que moldaram minha maneira de pensar e viver. Um deles foi O que é a Filosofia?, de Deleuze e Guattari, que li assim que foi lançada a tradução brasileira, em 1992, pois eu já vinha lendo obras dos dois autores desde 1985, bastante mobilizado por sua inquietante e estimulante forma de pensar e de escrever. Esse livro, que consolidou o projeto filosófico dos autores dos autores caiu como um sopro de ar fresco no jovem professor de Filosofia que eu era, na época já atuando na universidade, mas ainda com aulas no ensino médio. Convencido por eles de que a Filosofia é uma atividade de criação conceitual, posição que vinha ao encontro de como eu pensava, procurei começar a praticá-la, buscando desdobramentos em minha atividade docente, em minha produção no campo da Filosofia da Educação. E, alguns anos mais tarde, como comentei na resposta anterior, no ensino de Filosofia.

Todas as nossas posições são sempre tensionadas e transformadas com o tempo. Mas, de forma geral, posso dizer que continuo concebendo a Filosofia como atividade de produção conceitual. Novas leituras e novas experiências, o trabalho de orientação de

pesquisadores, os debates com colegas no Brasil e no exterior foram, sem dúvida, refinando essa concepção, fazendo encontrar novas nuances, possibilidades outras, mas dentro dessa perspectiva de compreensão da Filosofia, que foi aquela que mais se adequou a como vejo essa disciplina, desde que comecei a estudá-la e depois a praticá-la profissionalmente, como professor, como pesquisador, como filósofo.

Como também já disse anteriormente, embora essa permaneça sendo minha perspectiva para pensar a Filosofia e, portanto, de modo coerente, para pensar também seu ensino, ela foi se complexificando ao longo do tempo, especialmente com o desafio que foi construir um livro didático que pudesse dar materialidade a esta perspectiva, ao mesmo tempo em que se adequasse aos múltiplos elementos solicitados nos editais do PNLD.

Hoje, continuo pensando que só faz sentido defender a Filosofia como disciplina no ensino médio se ela não for apenas mais um desfile de conteúdos apresentados aos estudantes, mas um convite (às vezes, mais do que convite, um forçar) ao pensamento próprio. Estou convencido de que os jovens são capazes de pensar, embora não sejam levados a isso na maior parte do tempo e na maioria de suas experiências escolares. Por isso a importância da Filosofia, se ela for esse espaço-tempo do pensamento, em que eles possam ampliar seu repertório cultural, olhar criticamente o mundo, pensando caminhos e produzindo suas vidas. A Filosofia pensada como atividade de criação conceitual reúne as condições para tornar isso possível.

DoCentes: As recentes diretrizes do MEC para as licenciaturas ampliaram a carga horária e deram centralidade às dimensões pedagógicas na formação docente, tentativa de superação do modelo tradicional do 3+1. Muitas universidades estão buscando diferentes estratégias para atender a essas exigências, algumas das quais visam manter a primazia de uma formação centrada nos conteúdos filosóficos, em detrimento de uma efetiva integração com a dimensão pedagógica. Como o senhor interpreta esse cenário? Em sua avaliação, estamos diante de uma transformação real na formação do professor de filosofia ou de uma adequação formal que ainda preserva a lógica conteudista e historiográfica e a separação entre pesquisa e ensino?

Prof. Silvio Gallo: Para dizer a verdade, não tenho acompanhado de perto a discussão e a implantação das novas diretrizes. Aposentei-me da universidade e essas questões ficaram mais distantes para mim, depois de as ter trabalhado intensamente por mais de 30 anos. Mas penso que o desafio permanece muito próximo daquele que já tínhamos no horizonte. Estou convencido de que a formação de professores, de modo geral, precisa ter um forte aporte pedagógico, sem qualquer dúvida, mas em estreito diálogo com a área específica de saber. Não defendo isso apenas para a Filosofia, mas para todas as áreas. Há especificidades em cada área de saber que precisam estar interrelacionadas com os saberes, competências e habilidades pedagógicas para que o possamos ter um bom ensino.

Já percebia isso quando iniciei minha carreira como professor. Fiz uma licenciatura em Filosofia, mas na qual o pedagógico era relegado a um segundo plano e os professores de Filosofia não se ocupavam do fato de que estavam formando futuros professores. O resultado é que aprendíamos Filosofia, depois, no último ano, tínhamos matérias pedagógicas (o modelo 3+1), mas umas não eram relacionadas com outras. O resultado é que quando me vi em sala de aula, bateu o desespero, não fazia ideia de como proceder. Foi preciso tatear muito, errar bastante, para encontrar caminhos. Por isso, quando fui trabalhar como professor em uma licenciatura em Filosofia, insisti que precisávamos, nós, professores de Filosofia, nos preocupar com a formação do futuro professor. Isso, infelizmente, não teve eco na maioria dos colegas. Mas persisti. Em síntese, penso que o modelo 3+1 é um fracasso em termos de formação, mas é cômodo. Os professores de Filosofia podem ensinar Filosofia, sem se preocupar com o pedagógico; e os professores dos departamentos de Educação podem ensinar as matérias pedagógicas, sem se interessar pela Filosofia, que os estudantes já aprenderam, supostamente. Trata-se de um bom modelo para os professores universitários, mas péssimo para os futuros professores que atuarão na educação básica.

Com a aprovação da obrigatoriedade do ensino de Filosofia, vimos alguns cursos novos buscarem caminhos alternativos, mas outros insistiram no modelo tradicional. Em minha visão, o PIBID (Programa Institucional de Iniciação à Docência) foi o principal elemento que, nos últimos anos, ajudou a quebrar a lógica do 3+1, colocando os estudantes

diretamente envolvidos com as escolas e com a questão do ensino, forçando-os a buscar ferramentas para ensinar. Infelizmente, ele não atinge a todos os estudantes de Filosofia no Brasil.

Em suma: penso que estamos num momento em que sim, seria possível uma virada no modelo de formação de professores no Brasil; mas, infelizmente, vejo que o comodismo de muitos dos formadores tende a fazer com que a situação permaneça muito próxima do modelo 3+1, com pequenas transformações, mas sem mudanças significativas e efetivas. Mas isso não deve nos deixar pessimistas; justamente por isso, é preciso ter clareza do processo e continuar lutando, teórica e praticamente, para construir uma formação de professores de Filosofia que seja capaz de articular de modo intenso os saberes específicos com os saberes pedagógicos, de modo que uns contaminem os outros.

DoCentes: Atualmente o professor de Filosofia, principalmente o professor temporário, enfrenta uma realidade de precarização, com baixos salários, salas superlotadas e uma fragmentação curricular do saber filosófico reduzindo-o em muitas escolas a competências socioemocionais, disciplinas eletivas e projetos. Neste cenário de isolamento e adoecimento surge uma organização coletiva, ABEFIL Associação Brasileira de Ensino de Filosofia, qual sua avaliação acerca da importância de associações, como a ABEFIL, para o fortalecimento da organização política e da prática pedagógica em sala de aula garantindo que o ensino de Filosofia permaneça fiel a sua função social?

Sou um entusiasta da ABEFIL e de

associações de professores que visem fortalecer o trabalho docente. A ABEFIL surge com esse duplo perfil: congregar professores de Filosofia para articular a luta pela consolidação do ensino da disciplina, bem como fortalecer o campo de pesquisas em ensino de Filosofia, compreendo que uma ação reforça a outra.

Prof. Silvio Gallo: Conforme explicitiei em respostas anteriores, não podemos esmorecer e abdicar da luta – política, acadêmica, social – pela presença da Filosofia na formação dos jovens brasileiros. Caso tenhamos sucesso em consolidá-la, levará muitas décadas para que possamos nos dar ao luxo de ficarmos tranquilos, como acontece com professores de outras disciplinas que gozam de “cidadania curricular”. Em nosso caso, trata-se de um processo longo de consolidação e quanto mais ações formos capazes de produzir nessa direção, melhor. Sei que numa situação de precarização do trabalho dos professores pode soar complicado dizer que eles precisam se mobilizar e lutar; se as coisas já são precárias, ocupar ainda mais tempo não é fácil. Mas se isso não for feito, a precarização continuará e tenderá a se agudizar, no limite chegando a uma nova exclusão das aulas de Filosofia do currículo. Gostemos ou não, envolver-se com o ensino de Filosofia no Brasil é colocar-se nessa trincheira de luta.

Por isso a ABEFIL é muito bem-vinda e desejo vida longa e próspera a essa associação, como costumava dizer o Vulcano Sr. Spock na série clássica Jornada nas Estrelas (risos).

Finalizando, agradeço a oportunidade de, através desta

entrevista, fazer chegar meu pensamento e minha voz a professoras e professores de Filosofia do Ceará, talvez também a outros possíveis leitores de outras partes do país. O Encontro Cearense de Professores de Filosofia é uma das ações importantes de mobilização e luta dos professores e faço votos de que siga sendo este importante espaço de debates, ajudando a consolidar o trabalho filosófico docente entre nós.